



EIXO TEMÁTICO: GT 03 - EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.

**TÍTULO: Materiais didáticos adaptados: tabela periódica na promoção da
educação inclusiva**

Airton dos Reis Pereira¹
Claudiane Serafim de Sousa²
Mirian Rosa Pereira³
Shirlei Dias Ribeiro⁴

RESUMO: A produção e adaptação de materiais didáticos buscam atender as necessidades que diversos alunos apresentam no processo de ensino-aprendizagem no que se refere, sobretudo, à educação inclusiva. Nessa perspectiva, o presente trabalho apresenta como a Tabela Periódica dos Elementos Químicos e a Cartilha de Apoio foram construídas com o intuito de atender as especificidades de alunos com deficiência de escolas públicas da cidade de Marabá (PA). A tabela foi confeccionada com a utilização de matérias recicláveis e de baixo custo. Já a cartilha, que tem informações essenciais no apoio ao uso da referida tabela, será impressa no formato convencional e em braile. Mas por outro lado, estes materiais didáticos serão importantes não só no atendimento de alunos especiais, mas de todos do ensino fundamental e médio, sem diferenciação, dado a sua relevância na área do ensino de química.

PALAVRAS - CHAVE: Educação Inclusiva. Materiais didáticos. Ensino de química.

1. INTRODUÇÃO

A escola é um lugar de aprendizado, de conteúdos do currículo, de culturas e experiências de vida, e auxílio à construção de um cidadão, independente da sua formação acadêmica no futuro, o processo pelo qual vivenciará é significativamente importante para tal. Nesse sentido, a educação inclusiva deve ser vista como parte essencial da escola uma vez que ela (escola) necessita favorecer o aprendizado de todos os alunos. Ou seja, as escolas precisam possuir salas de recursos multifuncionais para auxiliar no processo da aprendizagem de alunos com deficiências (DUARTE, 1986). Salas estas entendidas como espaços organizados com “materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais” (ALVES, 2006, p.14).

Na cidade de Marabá, no sudeste paraense, é possível encontrar algumas escolas que possuem salas de recursos multifuncionais, com a finalidade de atender alunos em situação

¹Professor Doutor da Universidade do Estado do Pará, Campus de Marabá.

²Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciência Naturais-Química, da Universidade do Estado do Pará, Campus de Marabá.

³Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação (UFPA) e Técnica-Administrativa, da Universidade do Estado do Pará, Campus de Marabá.

⁴Graduanda do curso de Licenciatura em Ciência Naturais-Química da Universidade do Estado do Pará, Campus de Marabá.



de deficiências nas suas mais distintas especificidades (alunos com e sem deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação), haja vista que o impedimento orgânico não é determinante para formação dos seres humanos. Ou seja, as limitações são as barreiras existentes dentro e fora do contexto escolar e social. Neste sentido, a educação especial é definida como:

Uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e de aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008, p. 8).

Como é possível constatar no fragmento acima, a educação especial nos últimos anos é ofertada visando à escolarização dos alunos com deficiência nas turmas comuns e atendimento educacional especializado em escolas pelo país. Mas, não devemos esquecer as análises dos autores sobre o movimento inclusivo, especialmente no que diz Mantoan (2004), que “há diferenças e há igualdades, e nem tudo deve ser igual nem tudo deve ser diferente” (p. 07). O que se percebe é que a autora está propondo uma mudança não só nos espaços físicos, mas internamente ao ser humano para que o mesmo consiga existir de forma a não compactuar com nenhuma forma de exclusão.

Ainda com relação à educação inclusiva a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil, apresenta também outros debates, como a formação e a prática docente atrelada aos seus ambientes de trabalho, que estão inclusos as salas comuns de ensino e as salas de recursos multifuncionais. Contudo, estes ambientes nem sempre são dotados de materiais didáticos inclusivos, voltados, sobretudo ao ensino de Química, embora a produção e adaptação de materiais didáticos para o ensino de química tenham apresentado um grande avanço nos últimos anos, uma vez que esse ensino tenha sido frequentemente encarado como uma disciplina mediada por apelo visual, o que tem provocado certo impacto na vida dos alunos que possuem deficiência visual e auditiva.

Assim, frente ao grande e crescente número de alunos matriculados nas séries do ensino fundamental e médio da educação básica no município de Marabá, que a Universidade do Estado do Pará, por meio do Núcleo de Acessibilidade, Educação e Saúde, do Campus de Marabá, vem realizando um trabalho de adaptação da Tabela Periódica dos elementos químicos. Esse trabalho



é tido como de suma importância para o processo de ensino-aprendizagem, tanto de alunos com deficiência e os demais presentes no contexto educacional.

A Tabela Periódica dos elementos químicos é um material acessível e que contempla as informações em Língua Portuguesa, Braille e Libras, além de ser confeccionado com materiais de baixo custo ao professores para sua produção, assim sendo, há possibilidade de atender um número maior de escolas e, conseqüentemente, de alunos.

Frente a isto, o objetivo deste trabalho é apresentar como foi confeccionado a Tabela Periódica Inclusiva e a Cartilha de Apoio que acompanha e analisar as suas possíveis contribuições no ensino de química para alunos com deficiência, especialmente deficientes visuais e surdos, nas escolas públicas da educação básica da cidade de Marabá à luz das reflexões já realizadas por autores sobre a educação especial e inclusiva.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A confecção dos materiais didáticos envolveu duas etapas: a reestruturação da tabela periódica e a elaboração de uma cartilha como apoio, com informações físicas química dos elementos. Também, foram necessários diversos testes de textura de materiais e papéis para compor a formação da tabela periódica até atender as especificidades de diferenças táteis, como está no modelo atual.

Tabela Periódica

A tabela periódica foi confeccionada com caixinhas de achocolatado, de 200 ml (figura 1), no total de cento e dezoito (118) unidades, com texturas e cores que proporcionam diferenciação e identificação de grupos químicos, com maior precisão das informações para os alunos.

Hidrogênio: cobertura com papel de textura micro-ondulada na cor verde (figura 2).

Gases Nobres: cobertura com papel de textura de camurça na cor azul (figura 2).

Não metais: cobertura com textura lisa em EVA na cor vermelha (figura 2).

Metais: cobertura com textura de tecido denominado de TNT *contact* na cor amarelo (figura 2).

Figura 1: Caixa de achocolatado

Figura 2: Grupos químicos diferenciados



Fonte: Autores, 2017.



Fonte: Autores, 2017.

Para confecção da tabela foram obtidas caixas de achocolatados vazias, doadas pelos idealizadores do projeto. Essas caixinhas foram designadas para representar os elementos químicos e receberam as coberturas mencionadas acima como diferenciação dos grupos químicos. Foram pensadas texturas e cores diferentes para auxiliar no sentido tátil e visual dos alunos e considerando as informações da tabela no formato convencional.

Cada caixinha do grupo dos *metais* recebeu duas camadas de texturas, sendo uma textura lisa que serviu para reforçar a cor amarela do tecido TNT que é a segunda (última) textura desses elementos. Já os elementos pertencentes aos grupos dos *não metais*, dos *gases nobres* e o *hidrogênio* receberam apenas uma textura, como mencionado acima. Para fixar as texturas que não possuíam aderência própria foi utilizado cola quente e de isopor.

Como parte desse processo, foram elaborados dois rótulos para cada elemento químico com as informações pertinentes a cada elemento químico, como: número atômico, massa atômica, símbolo e nome por extenso (figura 3). Sendo que essas informações estão em Braille. Nos símbolos dos elementos também foi adicionado à cor conforme o grupo químico. No rótulo 2 (figura 4) foram colocadas as mesmas informações, apenas com a diferenciação do símbolo do elemento em Libras em cor preto padrão, pois os números não se fazem essenciais para a leitura em Libras por alunos surdos.

Figura 3: Rótulo com identificação em Braille



Figura 4: Rótulo com identificação em Libras





Fonte: Autores, 2017.

Fonte: Autores, 2017.

Cartilha de apoio

Devido à limitação do espaço contido nas caixinhas pensou-se em elaborar uma cartilha de apoio com mais informações sobre os elementos químicos para os alunos. As informações foram elaboradas conforme a utilidade para os alunos de ensino fundamental e médio.

Esse material didático foi construído e está em fase de revisão. O seu conteúdo dispõem de informações sobre o contexto histórico de descoberta científica, aplicação, ponto de fusão e ebulição, densidade, eletronegatividade, primeira energia de ionização e configuração eletrônica.

A cartilha será impressa no formato convencional e em braille, e contará com o auxílio de recursos disponíveis no Núcleo de Acessibilidade, Educação e Saúde (NAES), da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá, sob supervisão dos professores orientadores do trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Acreditou-se por séculos que pessoas com deficiência não eram capazes de construir conhecimento. Na Grécia antiga, por exemplo, essas pessoas eram vistas como animais por não possuírem a visão ou a audição. Eram consideradas incapazes ineducáveis, por isso ficavam impedidas de qualquer ensinamento (DIAS, 2006).

O filósofo grego Aristóteles (384-322 A. C) corroborava com essa visão chegando a contribuir para a exclusão de surdos da sociedade, também, considerava que os surdos eram também mudos. O que se viu foi um processo de exclusão já que a linguagem caracterizava o indivíduo como ser humano (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2001), ou seja, o surdo era considerado não humano porque se acreditava que ele não possuía uma linguagem.

Segundo Guarinelo (2007, p. 19), “Aristóteles difundia que as pessoas não podiam expressar nenhuma palavra e que a audição era o canal mais importante para o aprendizado e atingir a consciência humana. O seu veredicto era de que os surdos não eram treináveis”. Somente no século XVI que o médico italiano Girolamo Cardano “concluiu que a surdez não prejudicava a aprendizagem, uma vez que os surdos poderiam aprender a escrever e assim expressar seus sentimentos” (JANNUZZI, 2004, p. 31).

Já a visão é considerada o canal essencial para a comunicação de qualquer ser humano com o meio externo. Através da visão captam os registros próximos e também distantes. O sistema



nervoso central organiza as informações advindas dos outros sentidos (GIL, 2000). Devido às pessoas cegas serem considerados diferentes, o ensino voltado a elas de forma sistemática só teve início no século XVIII, quando Valentin Ha Haüy (1745-1822) fundou em Paris, em 1784, a primeira escola destinada à educação e profissionalização de cegos. Mas, somente a escola destinada à educação dos mesmos não resolvia as suas dificuldades, uma vez que o profissional se negasse a reconhecer as habilidades do indivíduo que estão além das suas limitações cognitivas ou motoras. Ou seja, fazia-se necessário a mudanças não somente nos espaços, mas, também de atitudes e de pensamentos dos professores.

Nesse sentido Mantoan (2003) afirma que:

Ensinar é marcar um encontro com o outro e a inclusão escolar provoca, basicamente, uma mudança de atitude diante do outro, este que não é mais um indivíduo qualquer com o qual topamos simplesmente na nossa existência e/ou com o qual convivemos um certo tempo das nossas vidas. Mas alguém que é essencial na nossa constituição como pessoa e como profissional, que nos mostra os nossos limites e nos faz ir além. Cumprir o dever de incluir todas as crianças na escola supõe, portanto, considerações que extrapolam a simples inovação educacional e que implicam o reconhecimento de que o outro é sempre e implacavelmente diferente, pois a diferença é o que existe, igualdade é inventada e a valorização das diferenças impulsiona o processo educacional (p. 28).

Com isto foram criadas documentos para garantir os direitos das pessoas com deficiência em um movimento internacional. Por exemplo, a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien Tailândia em 1990, surge com a proposta de educação inclusiva, onde estabeleceu que todas as crianças têm direitos à educação. De acordo com Osório (1999, p. 12), a meta dessa conferência foi de “garantir a democratização da educação, independentemente das particularidades dos alunos”. Nesse sentido, cabe o Estado promover as condições necessárias para receber e incluir esta diversidade de alunos nos espaços educacionais.

A Declaração de Salamanca impulsionou o direito à educação nos espaços escolares comum a todos, ou seja, devem receber e educar todos independentemente de impedimento orgânico. Compreendido como movimento pedagógico, além de possuir características democráticas, deve ser pluralista. Não deve garantir apenas o acesso, mas também a permanência do aluno nos diversos níveis de ensino e, principalmente, respeitar sua identidade social.

A escola deve considerar as múltiplas diferenças e promover a aprendizagem de cada aluno. Esse documento estabelece ainda que “os programas de estudos devem ser adaptados às necessidades da criança e não o contrário. As escolas deverão, por conseguinte, oferecer opções



curriculares que se adaptem às crianças com capacidade e interesses diferentes” (BRASIL, 1994, p. 33).

No Brasil, começa a definição dos direitos a partir da Constituição Federal (1988), no artigo 208, que afirma que é dever do Estado “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (Lei nº. 9394/96), estabelece a educação especial, como a modalidade escolar para alunos com deficiência, bem como, os princípios que devem primar pela igualdade de condições de acesso para todos e permanência na escola. Essa lei também recomendou que a educação para alunos com deficiência ocorresse de maneira preferencial na rede regular de ensino, sendo assim uma obrigatoriedade.

Em 1999 a Convenção da Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, define que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas. Este Decreto possibilitou um grande impacto na educação, pois exige uma reinterpretação da educação especial compreendida no contexto da diferenciação, com objetivo de eliminar as barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Ainda com relação à educação especial, vale frisar que através da Portaria nº 2.678/02, o Ministério da Educação aprovou as diretrizes e normas para o ensino e a difusão do sistema braille em todo território nacional, bem como as modalidades de ensino e a produção de materiais adaptados. Já a Língua Brasileira de Sinais como comunicação e expressão foi reconhecida por meio da Lei nº 10.436/2002. Essa lei determina que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão de Libras no território nacional, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante dos currículos nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

Mas, embora a inclusão seja uma prática que deve fazer parte de todos os campos, seja na prática social e na educação, é nas ações de políticas públicas e atitudes em relação às pessoas que deve ter maior êxito. Mas, infelizmente ainda hoje requer muitas lutas para que os direitos dessas pessoas sejam cumpridos, principalmente na educação especial, por não saberem reconhecer que é possível haver ao mesmo tempo em que há diferença e que há igualdades (MANTOAN, 2004).

Por isso que leis foram criadas para garantir os direitos das pessoas com deficiência, no sentido de possibilitar que tenham direitos à educação de qualidade. E a educação inclusiva tem



como objetivo ampliar a escolarização dos indivíduos que por desventura não poderão ter acesso à escola, seja por razões culturais, seja por algum impedimento orgânico, ressaltado que inclusão escolar é uma realidade sendo assegurada através da legislação brasileira. A Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 06 de julho de 2015, por exemplo, prevê em seu Art.28, linha II, o aprimoramento dos sistemas educacionais visando garantir as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, através da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade. Visa ainda eliminar as barreiras e promover a inclusão plena e assim desenvolver técnicas para ampliar e priorizar o ensino-aprendizagem das pessoas em situação deficientes. Com relação a esta questão vale apenas verificar ao que Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação e Cultura analisa.

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008, p.15).

Os dados do Ministério da Educação dos anos entre 2003 e 2014 é possível perceber que o número de pessoas com deficiência que frequentam as escolas teve um crescimento de 381% em 12 anos (BRASIL, 2015). Quer dizer, por meio desses números se pode verificar que houve aumento de pessoas com deficiência nas escolas. Contudo, é notória a reclamação de alunos, professores e de diretores de escolas sobre a pouca ou a falta de espaços acessíveis e de metodologias com materiais didáticos inclusivos que possibilitem aos alunos ampliar o conhecimento.

No que se refere ao ensino de Química, embora haja um número expressivo relativamente de metodologias e materiais didáticos destinados às pessoas com deficiência no Brasil, ainda são escassos aqueles que dizem respeito ao ensino da tabela periódica destinada aos alunos com deficiência, especialmente visuais e surdos. Por esta razão se faz necessário criar metodologias diferenciadas com uso da tabela periódica adaptada em Braille e em Libras que possam estimular a aprendizagem de Química. Foi isso que procuramos fazer.

A adaptação da Tabela Periódica, como foi demonstrado nas páginas anteriores, em seus primeiros testes mostrou-se bastante difícil no que se refere a coleta de informações para a



construção da Cartilha, bem como a escrita em braile e em Libras, mas acreditamos que contribuirá para o ensino de química.

As mudanças de texturas para diferenciação dos elementos da tabela fizeram-se necessárias para garantir o acesso à informação e a durabilidade do material, onde os mesmos, no primeiro teste, mostraram-se frágeis com o aparecimento de amassados e rasgos em um período relativamente curto de uso (figura 5), levando em conta que deveria ser um material didático que estaria em contato com diversos alunos e desta forma, deveriam apresentar mais resistência ao atender o seu propósito.

Figura 5: Defeitos apresentados teste



Fonte: Autoras, 2017.

Nesse sentido, optou-se por utilizar novas formas de revestimento/texturas e, até mesmo, o número de camadas que determinado grupo químico deveria receber, como foi o caso dos metais em que receberam dois revestimentos, em virtude de terem apresentado no primeiro teste a transparência do material, o que provocaria impedimento para leitura do material, pois revelaria informações padrão da caixa de achocolatado. As novas texturas selecionadas apresentaram uma boa relação de custo- benefício.

Já a cartilha elaborada como material de apoio apresenta informações coletadas em várias bibliografias como: livros, artigos de revistas *qualis* eletrônica, que são conceituados no ensino da química. Houve um esforço muito grande para garantir que as informações ali contidas apresentassem a veracidade das informações, além de facilitar o uso da Tabela Periódica Inclusiva e durabilidade. A cartilha será impressa no formato convencional e em braile. As informações contidas na Cartilha, que foram selecionadas pelos pesquisadores do projeto, são consideradas como essenciais para os alunos, sobretudo, o material didático atenderá a todos sem diferenciação de alunos que estiverem no ensino fundamental e ensino médio.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos são os problemas existentes nas escolas de educação básica quando se refere ao uso de materiais didáticos inclusivos, principalmente direcionados para o ensino de química. Nesse sentido, é importante e necessário desenvolver metodologias, bem como, produzir materiais didáticos acessíveis que possam possibilitar, efetivamente, a ampliação do ensino aprendizagem de alunos com deficiência. Ou seja, é preciso ver a escola como um espaço para todos, onde as pessoas sejam tratadas igualmente independentemente de sua condição física ou cognitiva. Foi nesse sentido, o esforço da construção da Tabela Periódica Inclusiva para alunos com deficiência, especialmente visuais e surdos. Esse material deve ser acompanhado pela Cartilha orientadora como foi relatado ao longo do trabalho.

Como foi exposto, esse material envolve a adaptação em Braille e em Libras para torná-los mais acessíveis e funcionais, visto que os professores que trabalham em Salas de Recursos Multifuncionais e do ensino comum de inúmeras escolas da educação básica que relatam a escassez de materiais didáticos adaptados para que possam, efetivamente, ensinar os seus alunos. Ou seja, como demonstrado nesse trabalho, a pessoa que tem deficiência visual ou surdo possuem habilidades cognitivas, mas necessitam que as condições de ensino sejam favoráveis para que assim desenvolvam amplamente o seu aprendizado.

Esperamos que com a produção da Tabela Periódica Inclusiva diversos professores da cidade de Marabá possam melhor ensinar a disciplina de química e os alunos possam melhorar o seu rendimento escolar e ampliar o seu conhecimento na área.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. *Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. 2006.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 Ago. 2017. Brasília, 1988.



_____. Ministério da Ação Social. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: MAS/ CORDE, 1994.

_____. *Decreto N° 3.956, de 08 de outubro de 2001*. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 22 Ago. 2017. Brasília, 2001.

_____. **Ministério da Educação. Portaria N° 2.678, 24 de setembro de 2002**. Disponível: [_http://fnde.gov.br/fnde/legislacao/portarias/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002](http://fnde.gov.br/fnde/legislacao/portarias/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002). Acesso em: 22 Ago. 2017.

_____. *Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências*. Brasília, 2002.

_____. *Educação Especial. Inclusão: Revista da Educação especial/Secretaria de Educação Especial*. V.1. Out. 2005. Disponível: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5pdf>. Acesso em: 22 Ago. 2017.

_____. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. *Lei n° 13.146/15, de 6 de julho de 2015*. Brasília, 2015.

_____. *Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 22 Ago. 2017. Brasília, 1996.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. *Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da Língua de Sinais Brasileira*. 2 ed. São Paulo, Edusp. p. 1479 – 1487. Vol. 1. 2001.

DIAS, Vera Lúcia Lopes. *Rompendo a barreira do silêncio: interações de uma aluna surda incluída em uma classe do ensino fundamental*. 2006. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2006.



DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário Brasileiro de Educação**. Rio de Janeiro: Edições Antares; Nobel, 1986.

GIL, Marta. *Deficiência Visual*. Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação a Distância. Brasília, p. 79. 2000. (ISSN 158-4692).

GUARINELLO, Ana Cristina. *O papel do outro na escrita dos sujeitos surdos*. São Paulo: Plexus, 2007.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. *A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão*. In: STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (org.). Educação Especial: em direção a educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. *Revista CEJ*, v. 8, n. 26, p. 36-44, 2004.